



BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARILEUDA SILVESTRE FERREIRA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
Uma análise sobre a assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará
(IFCE)**

**FORTALEZA-CE
2017**

MARILEUDA SILVESTRE FERREIRA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
Uma análise sobre a assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará
(IFCE)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Faculdade
Ateneu como requisito final para a obtenção
do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Jana Alencar Eleutério..

**FORTALEZA
2017**

F383s Ferreira, Marileuda Silvestre.

O serviço social na educação: uma análise sobre a assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará (IFCE). / Marileuda Silvestre Ferreira. -- Fortaleza: FATE, 2017.

24f.

Orientador: Profa. Jana Alencar Eleuterio.
Artigo (Graduação em Serviço Social) – FATE, 2017.

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Assistência Estudantil. I. Título.

CDD 361

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE)

SOCIAL WORK IN EDUCATION: AN ANALISYS ON STUDENT ASSISTANCE AT THE FEDERAL INSTITUTE OF CEARÁ (IFCE)

MARILEUDA SILVESTRE FERREIRA¹

RESUMO

O presente trabalho trata da inserção do assistente social na Educação, mais especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). O estudo teve como base a atuação do Serviço Social na assistência estudantil, onde foi possível perceber os desafios colocados à categoria, suas demandas mais recorrentes, suas atribuições e competências. O objetivo dessa pesquisa é verificar e enfatizar a importância do Serviço Social no âmbito educacional na luta pela efetivação da educação como um direito. Pautando-se no estudo bibliográfico e documental, de natureza qualitativa, realizou-se pesquisa em trabalhos acadêmicos e legislações. Dessa forma, conclui-se que é de grande relevância a prática profissional do assistente social nesta política, viabilizando tanto o acesso quanto a permanência dos discentes.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Assistência estudantil.

ABSTRACT

The present work is about the insertion of the social work in Education, more specifically at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE). This study had the practice of Social work in student assistance as its basis, in which one can perceive the challenges faced by these workers, their most common demands, attributions and competences. The aim of this research is to verify and emphasize the importance of Social Service in the educational field for the realization of education as a right. Guided by bibliographic and documental study, of qualitative nature, research was made in academic works and regulations. Thus, one can conclude the practice of the social worker in the educational policy is of great value, enabling both the access to and the continuity of students in the educational network to ensure the expansion of social rights and the consolidation of democracy.

Keywords: Social Work; Education; Student Assistance.

¹ Estudante do Curso de graduação em Serviço Social da Faculdade Ateneu – Messejana.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a relação do Serviço Social com a Educação se constitui tarefa sistemática da categoria de assistentes sociais, de suas entidades representativas – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) -, bem como das Unidades de Formação Acadêmica (UFAS). Trata-se de uma temática relevante, pois apesar de nem sempre possuir a presença do Serviço Social nos estabelecimentos educacionais tradicionais, este sempre esteve presente no âmbito da reprodução das relações sociais seja no campo da educação formal, seja no campo da educação popular. (CFESS/CRESS, 2012).

O/A assistente social é um profissional crítico, interventivo e investigativo e sua atuação é pautada pelos valores e princípios do seu Projeto Ético-Político profissional, materializado na lei que regulamenta a profissão e no Código de Ética Profissional de 1993. É de grande relevância sua inserção no âmbito educacional, sobretudo a partir da década de 1990, período de amadurecimento teórico-político da profissão, cujas competências profissionais, inscritas na Lei 8662/93, irão contribuir para o fortalecimento da política educacional, com ênfase na política de assistência estudantil, uma vez que esta irá promover a articulação entre as políticas sociais. Inserido numa equipe multidisciplinar, sua atuação é diferenciada, tendo em vista que além de promover a garantia de direitos dos educandos, o/a assistente social busca conhecer a realidade social de cada aluno e, com isso, possibilita o fortalecimento dos vínculos entre família e instituição, cuja ação é primordial para o bom desenvolvimento do estudante.

Desse modo, cabe-nos pensar: qual a importância da atuação do/a assistente social na Educação? A relevância e o interesse pelo tema se justificam por se tratar de um espaço sócio ocupacional que apresenta diversas manifestações da questão social, objeto de trabalho do profissional de Serviço Social. No âmbito acadêmico, o artigo apresentado busca dar subsídio teórico e contribuir para trabalhos futuros, bem como ressaltar a importância da prática profissional do Serviço Social no campo educacional. Além disso, há um interesse pessoal na temática devido à experiência de estágio em uma Organização Não Governamental (ONG) cuja atuação é no âmbito da Educação informal. Ressalto também a aproximação com a temática a partir da disciplina de Projetos Interdisciplinares, cuja produção de artigo sobre “Serviço Social na Educação” teve o recorte de pesquisa no trabalho do/a assistente social nestas instituições. Durante a pesquisa, tive contato com três instituições que mantinham o referido profissional em seu quadro. Destas, foi feita a escolha pelo IFCE, por ter em seu

quadro de profissionais um número considerável de assistentes sociais e por ter uma longa trajetória. Além disso, no ano de 2015, realizei um curso técnico disponibilizado por essa citada instituição.

Diante do exposto, o presente artigo pretende relatar sobre a inserção e o trabalho do profissional de Serviço Social na política de Educação, mais especificamente na política de assistência estudantil desenvolvida pelo Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza. Para tal, tem como objetivos específicos compreender a trajetória sócio histórica do Serviço Social e sua relação com a política de Educação e conhecer o histórico de atuação do Serviço Social no IFCE.

No primeiro momento, faremos uma explanação sobre a trajetória do Serviço Social e sua relação com a política de Educação no Brasil, apresentando o quadro referencial teórico que utilizamos para consecução dos objetivos da pesquisa. Em seguida, trataremos da inserção do assistente social no IFCE, com ênfase em sua atuação na política de assistência estudantil, apresentando as categorias, em diálogo com os autores. Apresentaremos, ainda o percurso metodológico do trabalho e, por fim, as conclusões da presente pesquisa.

2 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA E SEUS REBATIMENTOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL

A área da Educação vem traçando percursos em paralelo com a trajetória do Serviço Social brasileiro, delineando proposições cada vez mais necessárias, sobretudo, a partir da década de 1990. No entanto, desde a década de 1930, período de origem sócio histórica da profissão, observa-se que a atuação dos assistentes sociais nas instituições era tida como ferramenta de intervenção educativa nas expressões da questão social, isto é, tais manifestações eram vistas como problema de “educação” e deveriam ser “resolvidas” com o ajustamento social da população, por meio de uma ação de reeducação, protagonizada por um conjunto de categorias profissionais, dentre estas, o Serviço Social. Para Yamamoto e Carvalho (2011), “as bases da atuação do Serviço Social estarão assim centradas nos casos individuais, nos lares educativos e, principalmente, na educação popular e formal”. Assim, temos que o/a assistente social, historicamente, atua em seu cotidiano profissional junto às classes subordinadas e pauperizadas, desde a Fundação Leão XIII, por meio da educação popular, cuja intervenção vai para além das questões relativas aos processos de aprendizagem, e sim nas expressões da questão social que se revelam neste espaço sócio ocupacional.

É nesse cenário que a atuação do profissional de Serviço Social na Educação, numa perspectiva interdisciplinar, é de grande relevância, uma vez que seu fazer profissional é diferenciado, possibilitando uma visão mais ampla da realidade social dos educandos, e do real significado da política de educação. Diferentemente de alguns anos atrás, em que atendia apenas aos interesses do capitalismo, a Educação atualmente pode ser vista como instrumento de transformação, conforme ressalta Almeida:

A política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social (ALMEIDA, 2003, p.3).

A história do Serviço Social com a educação não é recente, mas é pouco conhecida. A inserção do Serviço Social na Educação ocorreu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras, com intuito de estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, para averiguar os motivos que levavam os alunos a terem baixo rendimento escolar, evasão, falta de adaptação com a escola e porque os pais não enviavam seus filhos para a escola. Também na Europa esse processo ocorria mais no campo da assistência que atendia crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições privadas (PIANA, 2009).

No Brasil, o Serviço Social na Educação teve seus primeiros contatos no âmbito escolar. Segundo Piana (2009), há relatos que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, no ano de 1946, foram os pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades não foram muito diferentes das que ocorreram nos Estados Unidos - ressalta-se que a década de 40 foi marco da influência dos Estados Unidos no Serviço Social brasileiro - pois eram voltadas à identificação de problemas sociais e emergentes que interferissem no aproveitamento do aluno, na promoção de ações que favorecessem a adaptação dos educandos ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os/as assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social. (AMARO, 1997 apud PIANA, 2009, p.184). Isso revela que a intervenção do Serviço Social no início era voltada para moldar o indivíduo de acordo com a necessidade do capital. Assim, afirma Almeida:

A inserção dos assistentes sociais na área de educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação na classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (ALMEIDA, 2007, p.13).

É notório que a atuação do Serviço Social no âmbito educacional não atendia as reais necessidades, já que era pontual e paliativa, sem nenhum questionamento, por não haver respaldo e por possuir técnicas importadas. Essa prática foi sendo mudada na medida em que foram percebendo que a nossa realidade é diferente, que tem suas particularidades, e conseqüentemente, exige atuação condizente com a mesma. Muitos questionamentos foram surgindo neste campo, tais como: qual o papel do Serviço Social dentro da escola? E na universidade? No que ele contribui? Como deve ser sua atuação? Quais são os subsídios para a atuação do Serviço Social na educação?

O/A assistente social deve conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição em que está inserido, pois será necessário para ter ciência dos fundamentos, dos princípios e dos objetivos do processo educativo. Esse conhecimento é importante para que tenha clareza de qual é a função da instituição, do assistente social e dos demais profissionais, tendo em vista que o fazer profissional do Serviço Social é permeado por particularidades que interferem no desenvolvimento da intervenção profissional. Por tanto, é necessário entender profundamente a dinâmica institucional para poder empreender uma atuação profissional consciente e aproximada dos princípios do Código de Ética do assistente social (COSTA, 2017).

Em conjunto com a direção da instituição, o Serviço Social deve mostrar a importância da relação escolar, aluno-família e desenvolver contatos com a família a fim de articular escola/grupos de convivência com os pais ou responsáveis, onde esses possam fazer críticas, reclamações e sugestões. Com isso, o assistente social poderá coletar dados e informações que lhe auxiliem a analisar e diagnosticar os fatores sociais, econômicos, culturais, que determinam a problemática social no campo educacional e elaborar métodos preventivos no intuito de evitar um ciclo repetitivo (FRACASSI, 2014).

É inegável a importância da presença do Serviço Social no âmbito educacional, ele irá favorecer para a integralidade, abordando as relações sociais, econômicas e culturais, pois sua aproximação com os educandos, e sua visão crítica e ampla capaz de enxergar além do que está sendo exposto, irá captar situações e assim intervir para diagnosticar e auxiliar os usuários no enfrentamento das problemáticas.

Para que sua atuação seja de qualidade, o assistente social deve buscar nortear seu trabalho no Projeto Ético-político da profissão, que preza pela defesa dos direitos, que busca ampliar e consolidar a cidadania, num exercício de defesa e aprofundamento da democracia; fazer a relação da teoria com a prática; entender sobre educação, as leis que respalda, buscando sempre se atualizar; e conhecer bem quais são as atividades que podem ser realizadas no campo educacional. (FRACASSI, 2014).

Segundo Novais (2001, p.13 apud LOPES, 2006) o profissional de Serviço Social deverá desenvolver as seguintes atividades:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor desempenho e rendimento do aluno e sua formação para execução da cidadania; Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; O uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades, somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais; Empreender e executar as demais atividades previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93.

Conforme publicação do CFESS (2001), os problemas sociais a serem trabalhados pelo o assistente social na área da educação são: o baixo rendimento escolar; problemas com disciplina; desinteresse pelo aprendizado; evasão escolar; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

A prática do Serviço Social no âmbito educacional se concretiza em: melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e educandos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da instituição (conselho de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da instituição e com a comunidade e fortalecer ações coletivas. A importância dessas atividades é ressaltada por Almeida,

São atividades desenvolvidas junto a segmentos sociais como coletivos e grêmios estudantis, sindicatos, associações de pais, de moradores e profissionais da educação no sentido de instrumentalizar e apoiar os processos de organização e mobilização sociais no campo educacional (ALMEIDA, 2003, p.9).

O Serviço Social no campo educacional tem a finalidade de sanar ou atenuar a problemática social que é perpassada no cotidiano da comunidade escolar-alunos, professores, pais seja com encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as famílias etc. Desse modo, entende-se que para atingir os alunos de forma integral, é necessário intervenções no contexto familiar, seja em âmbito sócio educativo, como também de ensino-aprendizagem e reflexão, com viés de participação, autonomia e cidadania.

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. (ALMEIDA, 2000a, p.74 apud NEVES, p. 14).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm travado uma luta incessante na busca pela concretização da inserção do Serviço Social no espaço educacional. Exemplo disso é a participação das entidades nos eventos em prol dessa temática que vem acontecendo em todo território brasileiro. Fruto dessas lutas foi a evolução do grupo de estudo sobre Serviço Social na Educação para Grupo de Trabalho (GT) Serviço Social na Educação, que vem discutindo e elaborando documentos que visam subsidiar a atuação do/a assistente social na educação, exemplo disso foi a publicação do documento “Serviço Social na Educação” em setembro de 2001. Tais documentos buscam fortalecer a luta para que a educação seja de fato um direito social e, como prática emancipatória, contribuir para que a atuação do profissional na política de educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional (CFESS apud COSTA, 2017, p.44).

Houve também o desenvolvimento e a participação do Conjunto em outros movimentos na luta em prol do fortalecimento da inserção do Serviço Social na Educação, exemplo disso foram os encontros regionais, estaduais e nacionais do Serviço Social na Educação e encontros de assistência estudantil, em diversos estados brasileiros (COSTA, 2017). O CFESS acompanha, ainda, o andamento de algumas legislações, tais como: o Projeto de Lei 3688/2000 que dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola; o PL 060/2007, que dispõe sobre a inserção de assistente social e psicóloga/os nas escolas públicas de educação básica; o PL 3.466/2012 que dispõe sobre a instituição do Serviço Social nas escolas públicas; entidades filantrópicas,

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Fundações, cuja atividade principal seja o provimento da educação.

No que concerne à expansão do Serviço Social no âmbito educacional, é possível contar com a presença de assistentes sociais em escolas, instituições de ensino superior - públicas e privadas -, em Organizações Não Governamentais (ONG's) e em outras esferas públicas nas assessorias e consultorias. Sua atuação é comprometida com a garantia de direito do cidadão, seu caráter sócio-político, crítico e interventivo possibilita uma leitura da realidade e análise dos recursos institucionais que favoreçam para a construção de ações e estratégias para o desenvolvimento integral do cidadão (COSTA, 2017).

Embasado na tríade das dimensões de sua formação, - ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, - o assistente social deve agir em consonância com o seu Código de Ética Profissional recente, garantindo uma atuação qualificada que vai além de um conjunto de técnicas e instrumentais, pois permite analisar a realidade de forma crítica e, assim, intervir nas expressões da questão social que permeiam o espaço educacional, contribuindo para efetivação dessa política de Educação como um direito social (CFESS, 2001).

O Serviço Social, que tem como um dos princípios fundamentais em seu Código de Ética Profissional (1993) “o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais”, enfrenta um desafio permanente de superar os obstáculos postos à materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social, devido os desmontes das políticas sociais que vêm ocorrendo, isto é, a universalização dos direitos que está sendo fragmentada (CFESS, 2001). Tais princípios estão cada vez mais desafiantes, em virtude das circunstâncias objetivas desfavoráveis existentes nos espaços sócios ocupacionais, visto que tais condições favorecem muito mais para reforçar práticas excludentes, que vai de acordo com os objetivos do capital, do que para a materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social (COSTA, 2017).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a política de assistência estudantil, dentre outras ações de intervenção, é um importante mecanismo para a objetivação profissional na Política Nacional de Educação.

2.1 A Política Nacional de Educação

A Política Nacional de Educação compõe o grupo de políticas públicas sociais

cuja responsabilidade é do Estado. Com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, é respaldada nas normatizações da nossa legislação. É um direito e, portanto, deve ser garantido.

Um dos primeiros instrumentos de regulamentação da política educacional brasileira foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, pelo qual através dele foi possível definir prioridades e metas para que a educação em todos os níveis se efetivasse. Esse manifesto favoreceu o surgimento das leis que regem a educação brasileira, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que sofreu diversas modificações ao longo dos anos até chegar a que está em vigor, datada de 1996 (PACHECO; CERQUEIRA, 2013).

Segundo Pacheco e Cerqueira (2013) a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação surgiu em 20 de dezembro de 1961. A lei nº 4024/61 estruturava a educação nos níveis pré-primário, primário, ensino secundário de primeiro e segundo ciclo superior e previa atendimento a alunos excepcionais inclusive na rede privada, com a porte de recursos públicos o ano letivo era de 180 dias. Além disso, trouxe mudanças na organização da educação brasileira, dando-lhe maior autonomia aos órgãos estaduais, descentralizava a gestão da educação e regulamentava os conselhos Estaduais e Federais de Educação. A referida lei definiu também que a União deveria aplicar 12% dos impostos com a educação e os estados, municípios e o Distrito Federal 20% (PACHECO; CERQUEIRA, 2013, p.57).

Na segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 11 de agosto de 1971, a lei nº 5.692 as mudanças foram mais notáveis, instituiu o 1º grau, com 8 series, sendo as 4 primeiras equivalente ao antigo primário e as 4 últimas ao primeiro ciclo do secundário, e o segundo ciclo alterou sua nomenclatura para 2º grau. As mudanças se estendiam também para o currículo, o exame de admissão ao ginásio deixou de ser exigido, houve a inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica, disciplina essa de cunho alienador. É também nessa LDB que se enfatiza a elitização de alguns cursos considerados de "prestígio" na época (direito, engenharias e medicina) pelos filhos da burguesia, através dos vestibulares (PACHECO; CERQUEIRA, 2013).

A terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, organiza a educação em dois níveis: o básico e o superior. A educação básica compreende a educação infantil, que atende em creches crianças de até 4 anos de idade e na pré-escola às de 4 e 5 anos de idade. O ensino fundamental, com nove anos de duração e o ensino médio com três anos de duração. Quanto à estrutura, o ensino médio sofreu alterações significativas, atualmente conta com a modalidade de ensino médio integral à educação profissional técnica de nível médio (PACHECO; CERQUEIRA, 2013).

A Educação Superior é estruturada em graduações (licenciatura, bacharelado e tecnológico) e pós-graduações, lato sensu (aperfeiçoamento e especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado), bem como em cursos de extensão e sequenciais, descritos no artigo 44 da lei 9394/96, tendo os últimos como pré-requisito a certificação do ensino médio.

Vale ressaltar que a LDB estabelece que gradativamente os municípios, serão os responsáveis pelo o ensino fundamental, o Estado pelo ensino médio e a União pelo ensino superior incluindo a autorização e fiscalização de instituições privadas.

A LDB nº 9394/96 além destas, trata de outras disposições como dos recursos financeiros, dos princípios e fins da Educação Nacional, e etc. Como lei maior da educação, nela estão previstos outros mecanismos, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE). Elaborado a cada dez anos, é um mecanismo intermediário entre a Lei LDB e a materialização das metas necessárias para construir um sistema educacional democrático e eficiente (PACHECO; CERQUEIRA, 2013).

No que tange a educação superior, o Plano Nacional de Educação tem por finalidade: melhoria na qualidade de ensino; formação para o trabalho e a promoção humanista, científica tecnológico. As metas do decênio (2014-2024) são: elevar a taxa bruta de cinquenta por cento e a taxa líquida para tinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade de ofertas e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público; elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto de sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total no mínimo, trinta e cinco por cento doutores; elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores (BRASIL, 2014).

Com intuito de cumprir essas metas, o Ministério de Educação (MEC), vem adotando uma série de medidas com vista a ampliação de cursos e vagas nas universidades federais: a interiorização dos campi universitários, a redefinição das formas de ingresso, a democratização do acesso a universidades privadas, o desenvolvimento de programas de assistência estudantil, a reformulação da avaliação de cursos e instituições, o desenvolvimento dos instrumentos de regulamento e supervisão, bem como, a ampliação da pós-graduação (BRASIL, 2014).

As estratégias para atingir essas metas são várias, dentre elas: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar

o acesso à graduação ; ampliar a ofertar de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema universidade aberta do Brasil; ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil ; ampliar no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento; e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive através de adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da lei n° 12.711 de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo decreto n° 7.824/2012 (BRASIL, 2012).

A lei n° 12.711/2012 - conhecida como Lei de Cotas - garante 50% das matrículas por cursos e turnos nas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para alunos que estudaram o ensino médio em escolas públicas em cursos regulares e da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2012).

Os programas de concessão de benefícios do governo têm ampliado o acesso ao ensino superior dos educandos provenientes de famílias financeiramente menos favorecidas. Existe um leque de programas dentre eles quero destacar o PROUNI e o FIES: Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos integrais e parciais de cinquenta por cento em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Para participar os pretendentes devem ter cursado o ensino médio completo em escolas públicas; ter cursado o ensino médio em escolas da rede privada como bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; pessoas com deficiência; professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, e concorrer bolsas nos cursos de licenciatura.

Os requisitos para ser bolsistas do PROUNI são que os candidatos devam fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); para bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de um salário mínimo e meio por pessoa; e para as bolsas parciais de cinquenta por cento, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoas (BRASIL, 2004).

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) financia a graduação de alunos matriculados em instituição educacional superior não gratuita e que tenham avaliação positiva nos processos realizados pelo Ministério de Educação. Durante o período de duração do curso a cada três meses o aluno deve pagar cinquenta reais, após o término do curso, se o estudante

não puder pagar ele terá ainda dezoito meses de carência, no entanto nesse período ele continuará a pagar cinquenta reais a cada três meses, encerrando esse período de carência, o educando poderá parcelar o saldo devedor em até três vezes o período financiado do curso, acrescido de doze meses. O Fies pode ser usado em conjunto com o ProUni, apenas para completar o valor das mensalidades dos alunos que foram contemplados com bolsas de estudos parcial do ProUni em um único curso e instituição de ensino superior. Atualmente é necessário para a concessão desse benefício que o aluno tenha participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e tenha renda familiar mensal bruta de dois salários mínimo e meio por pessoa, excerto para professores da rede pública de ensino, que desejam participar de cursos voltados para sua área de atuação e também para os candidatos que concluíram o ensino médio antes de 2010 (BRASIL, 2016).

Esses programas, sem dúvida alguma, favoreceram para atingir as metas exigidas pelos organismos internacionais, a saber, o Banco Mundial e, por sua vez, incorreram no aumento considerável do número de alunos matriculados na educação superior. Por outro lado, é importante problematizar que, apesar dos notórios investimentos dos últimos governos nas universidades públicas – por meio da ampliação do número de universidades e institutos federais, da abertura de novos cursos e da ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, também houve um grande investimento no capital privado, colocando a educação num patamar de mercadoria, a partir do aumento exorbitante de instituições educacionais privadas e do alto incentivo e investimento na educação à distância.

Este cenário de expansão do ensino superior reflete diretamente nas condições de acesso e permanência de estudantes filhos da classe trabalhadora no ensino superior. Nesse sentido, cabe-nos pensar de que forma essa expansão impactou diretamente na rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, como abordaremos a seguir.

2.2 Instituto Federal de Educação (IF)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) foi fundado em 1909, no entanto passou por várias reformulações e nomenclaturas até chegar a denominação vigente. Através do decreto 7. 566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, foi criado 19 escolas de Aprendizes e Artífices, nas capitais do Estado da Republica Brasil (Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Minas Gerais; Mato Grosso; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Santa Catarina; Sergipe; São Paulo). Estas escolas foram criadas com objetivo de

ofertar ensino profissional primário e gratuito para a pessoa "desfavorecida da fortuna", no sentido de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho. Conforme aponta Manfredi:

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais (MANFREDI, 2002, p. 83-84 apud COSTA, 2017, p.110).

Alguns anos depois, na Constituição de 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices passa a ser chamada de Liceu Industrial, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

A Reforma Capanema² que ocorreu em 1941, remodelou todo ensino do país. E em 1942, os liceus passam a denominar Escolas Técnicas uma das características desse período era que a formação profissional tinha nível equivalente ao secundário, os alunos que concluíssem o curso, estavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente a sua formação.

Em 1959, mais uma vez a nomenclatura sofre alteração para atender aos interesses da época "formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país". Em 1978, três escolas técnicas federais (Paraná; Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. (Fonte: Ministério da Educação)

A partir de 1994, gradativamente as outras Escolas Técnicas Federais - incluindo a do Ceará - vão também se transformando em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), levando em consideração as peculiaridades de cada instituição (Fonte: Ministério da Educação Centenário da rede Federal de Educação Professores e Tecnológica).

Finalmente, em 2008, por decreto do presidente Luís Inácio Lula da Silva, se institucionalizam e se multiplicam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que passa do número de 140 para 354 unidades no ano de 2010. Vale ressaltar que a gestão do presidente Lula demarcou um momento estratégico no país, tendo em vista que, imerso nas relações políticas e econômicas próprias de um Estado neoliberal, ao mesmo tempo em que ampliou o número de IF's e, por conseguinte, o acesso à educação, por outro lado, reforçou ainda mais o incentivo a iniciativa privada, favorecendo os grandes empresários. Em síntese, a

² A Reforma Capanema ocorreu em 1941, pelo então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, nessa referida reforma modificou o Ensino Secundário, e organizou o Ensino Industrial e o Ensino Comercial e criação do "Ss", Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial (SENAI); do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em instituições industriais. (SOTERO, 2011).

gestão petista dialogou com as classes sociais distintas. Ao tempo em que cedeu às pressões de ambos os lados, tanto da classe dominante, quanto da classe trabalhadora.

Com todas essas mudanças de denominações, locais e concepções que ocorreram desde as Escolas de Aprendizes e Artífices até chegar ao vigente IFCE, percebe-se que existia uma inconstância para atender aos interesses políticos de cada época e de cada presidente. No tópico a seguir, procuraremos explicar essa trajetória.

2.2.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e a atuação do Serviço Social

Assim como nas demais escolas do país, a Escola de Aprendizes e Artífices do Ceará passou por diversas mudanças, inclusive em suas instalações e nomenclaturas. As mais significativas foram Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), que logo depois transitou para Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE), até se tornar o atual IFCE (COSTA, 2017).

Após o decreto nº 11.892/2008 do Presidente Lula, o IFCE expandiu seus campi nos territórios do Estado. Atualmente, conta com trinta (30) campi espalhados nos municípios do Ceará: Campus Maracanaú; Campus Juazeiro do Norte; Campus Cedro; Campus Quixadá; Campus Limoeiro do Norte; Campus Crato; Campus Acaraú; Campus Iguatu; Campus Canindé; Campus Crateús; Campus Baturité; Campus Tianguá; Campus Aracati; Campus Camocim; Campus Morada Nova; Campus Caucaia; Campus Guaramiranga; Campus Itapipoca; Campus Jaguaribe; Campus Jaguaruana; Campus Sobral; Campus Tabuleiro do Norte; Campus Tauá; Campus Ubajara; Campus Umirim; Campus Boa Viagem; Campus Horizonte; Paracuru; Campus Pecém; Campus Fortaleza (Fonte: IFCE).

O Serviço Social foi implantado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza - em 1991, passando a ser coordenadoria ligada à Diretoria de Extensão em 1998. O Serviço Social, dentre outros objetivos, tem a missão de planejar, executar, acompanhar a política de assistência estudantil. De acordo com Costa (2017), o Serviço Social tem participado integralmente de todo o processo, assumindo a posição de sujeito da ação profissional, superando a posição de executores terminais de políticas, projetos, e programas institucionais.

Com a expansão das instituições superiores, também se ampliou a inserção de assistentes sociais no interior das instituições federais de educação, principalmente na política de assistência estudantil. Segundo Costa (2017), em sua pesquisa de mestrado, os dados

coletados revelam que o número de profissionais do Serviço Social que trabalham nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará são 45 (quarenta e cinco) assistente sociais, dos quais 43 (quarenta e três) atuam diretamente no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

É salutar mencionar que os assistentes sociais atuam também em outros seguimentos de extensão ou vinculado à extensão, entre eles o da questão racial e da questão indígena; núcleos de atendimento as pessoas com deficiência, superdotação e altas habilidades, como também na assessoria da gestão da instituição. Além disso, atuam no acompanhamento, no monitoramento e no planejamento das ações, tanto da assistência estudantil quanto dos outros seguimentos; no gerenciamento da concessão de auxílios, e na articulação entre as políticas setoriais.

No IFCE, os profissionais de Serviço Social focam no atendimento aos alunos tanto de forma individual como grupal, estendendo esse atendimento também às famílias. Dessa forma, contribuem para o a promoção da autonomia, da emancipação e da cidadania dos educandos.

O trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, que trabalha no atendimento de demandas relacionadas tanto ao aluno quanto aos seus familiares, visando contribuir para uma boa formação acadêmica. O Serviço Social desempenha no IFCE as seguintes atividades: Orientação individual ao aluno ou grupal, essa ação favorece a prevenção de situações que venha comprometer a vida acadêmica do educando ou minimizar problemas já existente (IFCE,2015).

Além disso, caso necessite, o aluno e a família será encaminhada a rede de apoio sócio assistencial, bem como a instituições previdenciárias e parceria; São realizados estudos socioeconômicos – trata-se de levantamento de dados socioeconômico, que ocorre através de aplicação de questionários com os usuários (cadastros, anamnésia). As respostas servem para identificar a realidade social dos usuários e com isso é feito um diagnóstico que subsidia a formulação de ações e programas desenvolvidos na instituição, como: campanhas socioeducativas, rodam de conversas temáticas, trabalhos com as famílias, ações de extensão institucional e atividades de formação política. Dessa forma, são trabalhadas as múltiplas expressões da questão social que permeiam o espaço sócio ocupacional (COSTA, 2017).

O Serviço Social realiza, também, ação de gerenciamento da concessão do Auxílio-Formação, no valor de meio salário mínimo, para alunos provenientes de famílias de baixa renda. Seus beneficiários são também integrados em atividades técnicas pertinentes a sua área de formação, que é concedido mediante aprovação em seleção específica. Existem

algumas regras gerais para os alunos terem acesso aos auxílios, entretanto, cada instituição tem autonomia para definir e regulamentar alguns documentos e critérios para acessar os referidos auxílios, de acordo com sua realidade. É importante destacar que este auxílio está voltado prioritariamente para alunos oriundos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de um salário mínimo e meio (PÓTERE, 2017).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto 7.234, 19/07/10, por meio da Política de Assistência Estudantil, é uma conquista das lutas dos movimentos sociais (professores, alunos), que tem como objetivo:

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (PINHEIRO, 2013, p.4).

A Assistência Estudantil está voltada para todos que estão matriculados nas Instituições Federais de Nível Superior (IFES), principalmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

Pinheiro (2013, p. 9) ressalta, ainda:

A necessidade de políticas de assistência estudantil que garantam a permanência do estudante dentro do Instituto Federal, minimizando, desta forma a evasão escolar e proporcionando o término dos estudos de forma satisfatória e a inserção no mercado de trabalho.

Os auxílios são ações da assistência estudantil, que visam ampliar as condições de permanência e apoiar a formação cidadão dos alunos, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidade, de contribuir para o desempenho acadêmico e profissional, e assim prevenir as situações de retenção e evasão dos alunos, devido às condições socioeconômicas (VASCONCELOS, 2010).

Os auxílios ofertados são: Auxílio-moradia: destinado a subsidiar despesas com habitação de alunos vindos de outras cidades; Auxílio-alimentação: destinado a subsidiar despesas com alimentação; Auxílio-transporte: destinado a facilitar o acesso do aluno ao campus; Auxílio-óculos: destinado a auxiliar o aluno na aquisição de óculos ou lentes corretivas; Auxílio-discente mães/pais: destinados a subsidiar despesas com filho(s) sob a guarda do aluno; Auxílio didático-pedagógico: destinado a subsidiar material didático indispensável ao ensino-aprendizagem; Auxílio-acadêmico: destinado a subsidiar despesas com eventos científicos e tecnológicos, com atividades de extensão e sócio estudantis, fóruns, seminários e congressos; Auxílio-visita e viagens técnicas: destinado a subsidiar a

alimentação e hospedagem em visitas e viagens técnicas programadas pelos cursos (IFCE, 2016).

Além dos auxílios citados acima, existem dois programas executado pelo o Serviço Social. O Programa Bolsa Permanência, que consiste numa ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Há, ainda, o Programa Bolsa Integral CLEC para Discentes que viabiliza a oportunidade dos alunos de estudarem uma língua estrangeira, por até cinco semestres. A seleção é realizada por meio de análise documental e de entrevista na coordenadoria de Serviço Social da instituição.

É inegável a importância da PNAES para o profissional de Serviço Social que atua nas instituições de ensino superior. Tornou-se indispensável ferramenta para o fazer profissional, uma vez que possibilita a concretização das ações desenvolvidas pelo assistente social.

2.3 A Política de Assistência Estudantil no IFCE

A assistência estudantil é uma conquista das lutas dos movimentos sociais organizados da educação, que ganhou grande visibilidade após a divulgação dos dados das pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (1996-1997 e 2003-2004) sobre o perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012). A assistência estudantil surge como resposta às reivindicações da reforma universitária, passando a ser uma das diretrizes do Programa de Apoio aos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (COSTA, 2017).

É uma política de estado, que se objetiva com um conjunto de ações voltadas para a democratização das condições de acesso e permanência dos educandos. É um compromisso para que o aluno possa ser atendido integralmente em suas necessidades, tornando-se assim uma ferramenta para que a educação se efetive como direito (COSTA, 2017).

Com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, a assistência estudantil ganha uma estrutura mais organizada e consistente, uma vez que são amplas e diversificadas as atividades a serem desenvolvidas junto aos estudantes. É composta por profissionais de diversas áreas, favorecendo para um trabalho integrado e complexo, pois

cada profissional tem um olhar diferenciado à leitura da realidade dos educandos.

No IFCE, a assistência estudantil é um dos principais espaços de atuação do Serviço Social, sendo o assistente social responsável pela sua estruturação. Baseando-se no PNAES, para a elaboração coletiva de documentos, e de direcionamento para as ações da assistência estudantil, norteados os profissionais que compõem a equipe de assistência estudantil, principalmente os assistentes sociais, que por vezes protagonizaram as discussões que fundamentaram a construção dos documentos institucionais. O Serviço Social sempre esteve à frente, ressaltando a necessidade da criação de uma instância de gestão da assistência estudantil, que sistematizasse as funções de orientação e suporte as ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais que atuam na equipe de assistência estudantil, assim foi criada uma Diretoria de Assuntos Estudantil (DAE), ligada diretamente com a reitoria do Instituto e coordenadorias localizadas nos diversos campi no estado. Suas práticas são orientadas pelo Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), e pela Política de Assistência Estudantil do IFCE (COSTA, 2017).

Com essa estruturação mais organizada, deu maior visibilidade e amplitude à assistência estudantil, que desenvolve ações que vão além da concessão de benefícios, realizando um complexo de atividades que visam a atender às diversas demandas do educando, uma vez que a assistência estudantil do IFCE envolve profissionais de diferentes áreas, como: assistente social, enfermeiro, médico, nutricionista, odontólogo, pedagogo, psicólogo, etc. Sendo de suma importância tal visibilidade, uma vez que assistência erroneamente era reduzida à concessão de auxílios financeiros, concedidos pela assistente social. E ainda desconstrói a falsa ideia de que o profissional de Serviço Social, apenas executa a política, esse referido profissional além de fazer a seleção e concessão dos benefícios, realiza também atividades de planejamento, de avaliação, de gestão e controle de recursos, de cunho socioeducativo.

Assim, fica mais clara a interpretação do Serviço Social para os demais atores na instituição e também o objetivo da assistência estudantil. Para o Serviço Social esses objetivos vão além da permanência do estudante, prezando uma formação com êxito e qualificado, usufruindo dos meios que proporcionem o seu desenvolvimento nas várias dimensões da vida, entendendo que para tal é necessário que a formação do educando deve transpor a sala de aula, por meio da participação em múltiplas atividades que contribuem para a construção de um pensamento crítico, para o protagonismo político e a autonomia dos mesmos (COSTA, 2017).

O Serviço Social, no âmbito educacional, contribui para o fortalecimento das

políticas sociais, uma vez que ele irá promover a articulação entre as políticas sociais. Além de defender os direitos sociais e humanos sua presença nas instituições educacionais favorecerá para ampliar e promover o crescimento cultural do indivíduo, a democratização do acesso à educação, a permanência e principalmente o processo de inclusão social e a formação cidadão dos educandos (FRACASSI, 2014).

O assistente social tem clareza dos objetivos da assistência estudantil e sabe que para dar continuidade a esses objetivos é importante o planejamento constante das atividades, com as equipes nos campi. Esse planejamento também favorece para a identificação de demandas urgentes e a elaboração de respostas para as mesmas; realização de estudos e investigações, traçando metodologias de trabalho e de estabelecer um diálogo com a equipe multiprofissional. Enfim, o planejamento com toda equipe da assistência estudantil é primordial para o assistente social desempenhar seu trabalho de forma satisfatória, uma vez que ele possibilita identificar, na realidade institucional, as fragilidades e possibilidades existentes que interferem na concretização dos objetivos propostos pelas políticas, programas e serviços sociais (COSTA, 2017).

No entanto, a referida pesquisadora problematiza que o exercício do planejamento é fragmentado e particularizado, pois nem todos os campi existem equipes da assistência estudantil completas, assim, nem todos os seus sujeitos participam do planejamento, pois em alguns campi as ações já chegam prontas para serem executadas, sem nenhum diálogo prévio.

Vale salientar que devido as particularidades de cada campi as atividades desenvolvidas são designadas de acordo com a demanda de cada instituição. As demandas são reflexos das refrações da questão social no cotidiano do trabalho do assistente social no IFCE. Segundo Costa (2017), são inúmeras as demandas, com predominância para a pobreza; a violação de direitos ou até mesmo a total negação destes; a violência, nas diversificadas formas (doméstica, psicológica, de gênero); o acesso precário à saúde, à habitação, à alimentação, ao lazer, ao emprego ou o acesso a emprego de forma precarizada; a fragmentação das relações familiares e a desigualdade social. Essas refrações são fatores negativos que podem vir a interferir no desenvolvimento e na permanência dos educandos na rede formal de ensino. Estes fatores também contribuem para que as demandas mais solicitadas na instituição sejam a procura de estudantes por auxílios financeiros, e a realização de ações socioeducativas por parte da gestão institucional (COSTA, 2017).

A atuação do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil do IFCE está em consonância com a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei 8.662/1993), cuja orientação direciona o fazer profissional do assistente social, em seu artigo

8º:

O Serviço Social atua no âmbito das relações sociais junto a indivíduos, famílias, grupos, comunidade e movimentos sociais desenvolvendo ações de fortalecimento da autonomia, da participação e do exercício da cidadania. Tem como princípios a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da liberdade como valor ético central.

São inúmeras atividades realizadas pelos assistentes sociais na assistência estudantil, mas muitas vezes ficam comprometidas devido às dificuldades e desafios impostos. De acordo com Costa (2017), são eles: a indisponibilidade de recursos materiais e humano, pois não há em todos os campi do IFCE equipes multiprofissionais completa, comprometendo o atendimento dos educando em sua totalidade; a interdisciplinaridade que ainda está em processo de amadurecimento, pois os diferentes olhares, concepções e entendimento de uma dada situação ainda causam debates e discussões até chegarem a um consenso, e também por não ter em todos os campi essa interdisciplinaridade, acarretando fragmentação na assistência estudantil. Quando a interdisciplinaridade é em parceria com os docentes se torna ainda mais desafiadora, pois alguns deles dificultam as ações do Serviço Social, seja na liberação dos alunos para participarem das atividades socioeducativas, seja para disponibilizar espaço na sala de aula para intervenção da equipe.

A quantidade de assistentes sociais lotados nos campi, embora tenha aumentado consideravelmente, ainda é pouca, se relacionarmos à quantidade de estudantes. Em algumas unidades existe apenas um/uma assistente social lotado/a, o que provoca prejuízos ao atendimento, não garante a qualidade e também gera sobrecarga de trabalho ao profissional. A falta de estrutura física de alguns espaços sócio ocupacionais que não têm estrutura adequada para o atendimento aos usuários, assim como insuficiência dos equipamentos e materiais necessários para a realização do trabalho (telefone, computador com acesso à internet, impressora, armário com chave, mesa) comprometem o sigilo profissional.

Outro elemento a ser destacado é a questão orçamentária, pois o orçamento destinado à assistência estudantil não é proporcional às reais necessidades demandadas, interferindo diretamente nas ações, como por exemplo, a intervenção de um profissional especializado para trabalhar determinado tema em uma atividade socioeducativa. Também é importante mencionar a dificuldade dos assistentes sociais de participarem de capacitação continuada, tendo em vista a não promoção, o não estímulo e a não viabilidade dessas formações por parte da Instituição, devido a insuficiência de recursos financeiros para o pagamento parcial ou integral de cursos em nível de pós-graduação para os servidores e o

custeamento de gastos com diárias e passagens para participação de eventos, congressos e atividades afins.

Podemos destacar, ainda, a falta de reconhecimento, desvalorização, desrespeito ao trabalho do/da assistente social e entendimento sobre a sua atuação, por alguns profissionais de outras áreas, principalmente por aqueles que não compõem a equipe de assistência estudantil. Isto se deve, talvez, por desconhecerem o trabalho do Serviço Social e tais atitudes geram desconforto e desmotivação para os assistentes sociais.

As dificuldades ou desafios colocados ao trabalho do assistente social na assistência estudantil do IFCE são extensas e intensas. Cabe ao assistente social criar estratégias para combatê-las, mesmo sendo uma tarefa árdua. Como estratégias de superação, cabe aos profissionais começar pelo fortalecimento da categoria, visando superar a desvalorização, o desconhecimento e a desmotivação; lutar pela ampliação das equipes de assistência estudantil, junto à participação de outros profissionais. No que tange ao trabalho da interdisciplinaridade, é importante se aproximar cada vez mais dos educandos, através de diálogos, com intuito de sensibilizar a importância da participação dos mesmos nos processos de planejamento das ações da assistência estudantil, esclarecendo que são sujeitos que possuem direitos e não beneficiários de favores. Por fim, devem ser pensadas ações educativas visando o esclarecimento sobre as especificidades do trabalho do assistente social no IFCE.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado baseando-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo bibliográfica e documental, aplicada sobre a temática abordada, a partir da experiência desenvolvida pelo Serviço Social na execução da política de assistência estudantil no IFCE, campus Fortaleza.

Segundo Minayo (1993, p. 22), abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados.

Para Gil (2010, p. 27):

Pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

A coleta de dados utilizou-se de uma bibliografia básica, por meios de livros e artigos científicos, bem como trabalhos acadêmicos, dissertações, além da consulta de vídeos

e endereços eletrônicos e portais oficiais que tratam dessa temática. Os dados foram obtidos através de análise de produções recentes que sistematizaram a atuação dos profissionais de Serviço Social na área educacional, com ênfase na recente publicação do CFESS, por meio da brochura “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” que relata o processo de luta e inserção dos profissionais nesta política, fruto de debate sobre essa temática, através do Grupo de Trabalho (GT) do Serviço Social na Educação. Além desta, damos visibilidade às recentes produções acadêmicas (artigos, dissertação de mestrado, monografias) que tratam sobre o assunto.

A técnica usada para tal análise foi de conteúdo, tipo categorial, uma vez que através dela é possível obter a conclusão da pesquisa de uma forma mais simples.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada aponta o trabalho do assistente social, direcionado às famílias e alunos da rede estudantil do IFCE, como um trabalho coletivo, interdisciplinar, inserido em uma equipe multiprofissional. Cabe destacar a prática do assistente social na política de assistência estudantil, com ênfase nas ações de monitoramento, planejamento, gerenciamento e concessão de auxílios.

A importância do trabalho do assistente social na Educação tem como resultado a aproximação e o envolvimento da família no contexto educacional, bem como a luta pelo acesso e permanência da classe trabalhadora na rede de ensino, isto é, a luta pela consolidação da democracia e ampliação dos direitos sociais.

Embora a relevância de sua intervenção profissional na educação seja perceptível e sua inserção neste campo já ocorra desde os primórdios da profissão, o assistente social enfrenta muitos desafios com relação à presença do Serviço Social em instituições educacionais, que ainda é um número reduzido diante da grande demanda posta. Outro elemento a ser destacado é no tocante às suas atribuições e competências, tendo em vista que ainda há algumas confusões por parte de alguns profissionais de outras categorias, quanto à clareza do significado social do Serviço Social neste âmbito.

Considerando que a atuação do Serviço Social é pautada em seu Código de Ética, e que tem como um dos princípios fundamentais o posicionamento em favor da equidade e justiça social, este profissional irá buscar promover o desenvolvimento integral, contribuindo para a formação do senso crítico, a autonomia e emancipação dos educandos. Dessa forma, ao percebermos a importância do Serviço Social como profissão crítica e garantidora de direitos, vê-se a necessidade de sua inclusão imediata no campo educacional, o que justifica a luta das

entidades da categoria pela inserção e ampliação do Serviço Social em toda a rede educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_so_cio_ocupacionais1.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1.; 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília/DF: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na educação**. Brasília: CFESS, 2001.

COSTA, Renata Maria Paiva da. **O Serviço Social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

FRACASSI, Jane. **A importância do assistente social no contexto escolar**. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso, 2014. p.1-31. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-assistente-social-na-escola.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IFCE. Disponível em: <ifce.edu.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-1/desenvolvimento>. Acesso em: 17 set. 2016.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 8, n. 02, p. 1-9, jan./jun. 2006.

MARTINELE, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FIES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&itemid=303>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NASCIMENTO, Clara Martins do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O Serviço Social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão política-pedagógica da profissão. *Revista Fonaprace 25 anos*, Belo Horizonte, p. 167-179, 2012. Disponível em: <<http://www.arcus-ufpe.com/files/artgfonaprace.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NEVES, Victória Sabatine de Paiva. **O Serviço Social na área de educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora/MG**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2016/08/victoria.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

PACHECO, Ricardo Gonçalves; CERQUEIRA, Aquiles Santos. **Legislação Educacional**. 4 ed. atual. e rev. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, SP, v. 18, n. 2, p.182-206, 2009.

PINHEIRO, Aline Freitas Dias. Política de assistência estudantil: política educacional favorável aos discentes ou à mercê dos interesses particulares do Estado? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 1-9.

PAPO DE AS: O trabalho da/o Assistente Social na Política de Educação: EP7. Produção: Pótere social. Fortaleza: Pótere social, 2017. 1 vídeo (23:05seg), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qdcaG62kvWE>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SOTERO, Edilza. Reforma no ensino técnico brasileiro: diferentes concepções e modelos de desenvolvimento para nação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2011, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011. p.1-22.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.